

A POLÍTICA DO MÍNIMO: O ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL E A NORMALIZAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Mateus Saraiva - UFRGS - mateus.saraiva@ufrgs.br

Ângela Both Chagas - UFRGS - angela.bchagas@gmail.com

Maria Beatriz Luce - UFRGS - lucemb@ufrgs.br

Diante de resultados insatisfatórios da educação em avaliações em escala, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou a ampliação das escolas de Ensino Médio em tempo integral entre as prioridades do seu segundo mandato, iniciado em 2023. Com a consultoria de uma instituição privada, prometeu colocar metade das instituições de ensino com jornada ampliada em quatro anos (Sander, [2023](#)).

Naquele momento, a rede estadual amargava a penúltima posição entre todas as unidades da Federação na oferta de jornada escolar de pelo menos sete horas diárias, atrás apenas do Distrito Federal (Chagas; Jover; Saraiva; Luce, 2024). Mesmo com a adesão do estado à Política de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral (PFEMTI), instituída pelo Governo Federal a partir da Medida Provisória de reforma do Ensino Médio (Brasil, [2016](#)), em 2022 o Rio Grande do Sul somava 18 escolas estaduais com tempo integral de um total de 1,1 mil, o que representava menos de 2%.

De acordo a Secretaria da Educação ([2023](#)), no início de 2023 o número passou para 85 – além de 18 escolas técnicas e oito escolas Tiradentes que já contavam com a jornada ampliada, chegando a 111. Em 2024 subiu para 206, com expectativa de alcançar 296 em 2025. Em face da importância da política nos anos recentes, investigamos *quais são as condições das escolas estaduais de Ensino Médio do RS, tendo em vista as demandas da ampliação da jornada escolar*. Partimos da hipótese de que a política de tempo integral, quando não integrada ao pressuposto de educação como direito humano praticado (Lima, [2024](#)), contribui para o aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais.

Segundo Lima (2024, p. 12), é preciso:

"[...] desvelar as soluções atomizadas e falsamente inclusivas, a retórica do direito à educação através de estratégias socialmente diferenciadas, segmentadas, estigmatizantes. Ademais, revelando que a educação é vida, não sendo uma mera preparação para a vida futura, nem para um mundo cuja

desigualdade se quer, de forma aquiescente e bem ajustada, perpetuar, designadamente através de uma educação desigual para um mundo desigual.

Para a garantia da educação como direito praticado, é preciso sua realização efetiva, em formas diversas e em graus variados, como complexo de práticas sociais democráticas e igualitárias. Assim, interessa-nos verificar se as escolas de tempo integral, por serem prioritárias no discurso do governo estadual, concentram mais recursos e promovem a desigualdade dentro da rede estadual do Rio Grande do Sul. Utilizamos como procedimentos metodológicos a análise quantitativa dos microdados do Censo Escolar e os Indicadores Educacionais, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Este resumo contém duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, comparamos a existência de infraestrutura e de quadro de pessoal das escolas de tempo integral com as demais instituições de Ensino Médio da rede estadual em 2023. Na sequência, focamos nas 17 escolas incluídas na política até o começo de 2019, quando teve início o primeiro mandato do governador Eduardo Leite. Verificamos a existência de infraestrutura e a suficiência de quadro de pessoal, mas em uma análise longitudinal, tomando os dados de 2018 em comparação com os de 2023. Importante destacar que como aumentou a quantidade de perguntas do instrumento no período, há mais informações analisadas na primeira seção do que na segunda.

A existência de condições da rede estadual gaúcha e o tempo integral

Frente ao maior número de instituições com jornada ampliada em 2023 e em 2024, verificamos aproximações quanto à existência da infraestrutura, mas algumas diferenças – em detrimento às escolas sem jornada ampliada – quanto à existência de quadro de pessoal. As escolas de tempo integral contam com uma infraestrutura semelhante, ainda que mais completa, em comparação às de tempo parcial. Porém, em ambas, apenas nos itens biblioteca e cozinha os percentuais chegam próximos da universalização, com mais de 90%. O restante das estruturas elencadas pelo Censo carrega a marca da ausência: quadra de esportes em pouco mais da metade (58%) das escolas de tempo integral; quadra coberta em apenas um quarto dessas instituições. Outros itens importantes para o processo de ensino-aprendizagem, em especial quando se leva em conta uma jornada ampliada, como espaço para descanso de estudantes (2%), auditório (47%) e banheiro adaptado (48%) também registram percentuais reduzidos.

Figura 1 – Percentual de escolas de Ensino Médio sem e com tempo integral na rede estadual do RS com cada item de estrutura

Item da estrutura	Escolas sem tempo integral (917)	Escolas de tempo integral (196)
Auditório	38%	47%
Biblioteca	92%	91%
Laboratório de Ciências	80%	80%
Laboratório de Informática	79%	83%
Quadra de esportes	50%	58%
Quadra de esportes coberta	22%	26%
Cozinha	90%	91%
Refeitório	71%	76%
Banheiro com chuveiro	13%	18%
Banheiro adaptado para pessoas com necessidades especiais	44%	48%
Sala de atendimento especial	65%	74%
Sala de repouso para alunos	1%	2%

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2023)

Em relação ao quadro de pessoal, nossa primeira análise leva em conta o Indicador de Adequação da Formação Docente (AFD), com percentuais semelhantes nos dois grupos de escolas. Ao considerarmos o Grupo 1 do Indicador – professores com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica –, é possível observar que em um quarto das escolas, tanto nas de tempo integral quanto nas que não o têm, apenas 58,6% dos professores eram do Grupo 1. Uma situação de insuficiência que caracteriza a totalidade de escolas da rede estadual.

Figura 2 - AFD por quartis nas escolas de tempo integral e tempo parcial – 2023 – RS

	Sem tempo integral (917)	Com tempo integral (196)
1 quartil	14,3% a 58,6%	33,3% a 58,6%
2 quartil	58,6% a 67,6%	58,6% a 67,8%
3 quartil	67,6% a 75,7%	67,8% a 76,4%
4 quartil	75,7% a 100,0%	76,4% a 100,0%

Fonte: Indicador de AFD (INEP, 2023)

Na análise do Indicador de Esforço Docente (IED), as escolas com tempo integral possuem resultados melhores. Ao somarmos os dois maiores níveis de esforço docente, o

Nível 5 e o Nível 6, identificamos que em instituições sem tempo integral os docentes trabalham em mais escolas, turnos e com mais alunos. No entanto, o excesso de trabalho é real em toda a rede estadual – em metade delas 28,1% ou mais dos professores estão nos maiores níveis de esforço.

Figura 3 - Nível de Esforço Docente nas escolas de tempo integral e tempo parcial – 2023 – RS

	Sem tempo integral (917)	Com tempo integral (196)
1 quartil	14,3% a 58,6%	33,3% a 58,6%
2 quartil	58,6% a 67,6%	58,6% a 67,8%
3 quartil	67,6% a 75,7%	67,8% a 76,4%
4 quartil	75,7% a 100,0%	76,4% a 100,0%

Fonte: IED (INEP, 2023)

Maior desigualdade entre os grupos é observado ao tratarmos de profissionais especializados. O caso da biblioteca é simbólico de que a ausência de pessoal pode impossibilitar o bom funcionamento das escolas. Embora o espaço esteja presente em mais de 90% das escolas com tempo integral, em apenas 51% delas existe um bibliotecário. Monitores, fundamentais em instituições com jornada ampliada, estão presentes em 62% dessas instituições e tradutores de Libras em apenas 8% delas.

Figura 4 - Percentual de escolas de Ensino Médio sem e com tempo integral na rede estadual do RS com cada profissional do quadro de pessoal

Profissional do quadro de pessoal	Sem tempo integral (917)	Com tempo integral (196)
Bibliotecário	41%	51%
Alimentação escolar	96%	99%
Monitores	62%	72%
Tradutores de Libras	5%	8%

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2023)

Em cinco anos de tempo integral no RS: o que mudou?

Nesta seção, analisamos o que mudou nas 17 escolas que aderiram à política até 2019 e permaneceram com a jornada ampliada até 2024. Observamos que não ocorreu a ampliação das estruturas em escolas de tempo integral nesses cinco anos.

Figura 5 - Percentual de escolas de Ensino Médio que aderiram à PFEMTI e as demais na rede estadual do RS com cada item de estrutura – 2018 e 2023

	Demais escolas (1091)		Escolas contempladas com tempo integral até 2019 (17)	
	2018	2023	2018	2023
Auditório	37,1	39,5	35,3	35,3
Banheiro PNE	37,8	44,6	35,3	47,1
Banheiro Chuveiro	14,7	14,2	23,5	17,6
Biblioteca	85,6	91,8	94,1	94,1
Cozinha	82,6	89,9	82,4	88,2
Laboratório Ciências	75,7	80,1	70,6	76,5
Laboratório Informática	81,2	79,5	82,4	88,2
Quadra de esportes	49	51,4	41,2	47,1
Quadra coberta	18,8	22,6	23,5	17,6
Refeitório	63,2	72,2	64,7	70,6
SAE	57,1	66,2	82,4	82,4

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2018; 2023)

Ao considerarmos o Grupo 1 do Indicador da Adequação da Formação Docente, praticamente todas as escolas (16 das 17) apresentaram melhora no indicador. Tal melhora deve ser relativizada, pois esse indicador não avalia novas disciplinas que integram a reforma do Ensino Médio: 71,8% dentre as 1.107 instituições estaduais gaúchas que contam com o indicador, estão melhor. Porém no somatório dos maiores níveis de esforço docente, nove escolas melhoraram, uma não teve percentuais calculados, uma ficou estagnada e seis pioraram.

A insuficiência normalizada: a política do mínimo

Ao tratar das políticas educacionais, Lima (2024, p. 7) destaca que elas estão subsidiadas por “mínimos educativos, mínimos democráticos e mínimos de proteção social, normalizando a competitividade, a insegurança e a precariedade, ou seja, o sofrimento do outro” (Lima, 2024, p. 7). No estudo sobre as *condições das escolas estaduais de Ensino Médio do RS, diante das demandas de ampliação da jornada escolar*, consideramos que a política de tempo integral, por priorizar algumas escolas, poderia contribuir para o aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais. Ao analisar os dados de 2023, identificamos que as escolas contempladas pela política são semelhantes nas condições de infraestrutura e de quadro de pessoal com o restante da

rede, com percentuais ligeiramente melhores nas instituições que fizeram a adesão. Ao nos determos na comparação entre 2018 e 2023, enfocando 17 escolas que aderiram até 2019, observamos melhora na adequação da formação docente. Ou seja, a negação não tem sido feita de forma absoluta, mas baseada na naturalização de insuficiências – ainda que com eventuais melhorias, é essa educação mínima, mesmo com tempo ampliado, que tem sido universalizada na rede de um estado que não assegura a materialização de direitos.

Referências

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política [...]. Diário Oficial da União, 23 set/2016.

CHAGAS, Ângela; SARAIVA, Mateus; JOVER, Brenda; LUCE, Maria Beatriz. Ensino Médio de Tempo Integral no Rio Grande do Sul: dos critérios de seleção à ampliação das desigualdades. In: SILVEIRA, Éder da Silva; SOUZA, Nayolanda Amorim de (Orgs.). **A política de ampliação do ensino médio de tempo integral.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2024.

LIMA, Licínio C.. A educação como direito num mundo desigual. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. 1-15, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/es.290145>.

SANDER, Isabella. **RS terá consultorias de Ceará e Pernambuco para qualificar o ensino público.** Zero Hora, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4groBrK>. Acesso: 8/2/2025